

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA

### 1. As práticas e as respostas de inclusão dos estudantes que desenvolvemos

- Reconceptualização de formas de lecionação e de avaliação quando os estudantes trazem necessidades identificadas: diversificação de formas de apresentar informação (oral, escrita, gráfica e vídeo - quando relevante), adaptação de espaços, tempos e formatos das provas quando relevante.
- Grande disponibilidade por parte do corpo docente, nomeadamente para um acompanhamento individualizado.
- Realização de planos de formação em contexto individualizados, baseados nas características do contexto e nas competências dos estudantes.
- Grande abertura dos contextos de estágio para flexibilizar as tarefas propostas aos estudantes.
- Indicação de procedimento, no Regulamento Pedagógico de Frequência e Avaliação (ponto 3 do artigo 26): cabe ao estudante iniciar o processo que permitirá o seu acompanhamento específico. Por vezes tal não ocorre conforme estipulado acabando os discentes por dar a conhecer a situação e relatórios anteriores ao Coordenador de Curso. O procedimento implicará a realização de uma avaliação do estudante por gabinete específico (GAPI) que realiza um relatório orientador que especifica a patologia e enuncia algumas estratégias para o docente lidar com o aluno em sala de aula e adaptar as suas estratégias de E/A às necessidades do aluno;
- b) no que concerne às práticas de integração é fundamental referir os colegas de turma que no caso de APM têm sido muitas vezes peça chave.
- Tendo em mente os percursos para a formação de Educadores e Professores, as respostas têm decorrido da atualização/reformulação de planos de estudos de ciclos de estudo. Destacamos as unidades curriculares, que intrinsecamente, convergem para temáticas e problemáticas associadas à educação inclusiva, como sendo, ao nível da linguagem e comunicação [Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem (CTESP\_AI); Linguística Portuguesa I e Português Língua não Materna (EB); Linguagens e Representações em Português e Matemática (Mestrado em Ensino de 1.ºCEB e P-HGP do 2.ºCEB; 1.ºCEB e MAT-CN do 2.ºCEB; EPE e 1.ºCEB); Sistemas

- Aumentativos e Alternativos de Comunicação e Problemas de Linguagem e Comunicação (Mestrado em EE)]; mas também as unidades curriculares vetores de formação humanística, sem a qual não se pode ler, conhecer e respeitar o outro em toda a sua plenitude, como sendo Formação de Leitores e Literaturas de Expressão Portuguesa (Mestrado em Ensino de 1.ºCEB e P-HGP do 2.ºCEB).
- Os alunos que façam um percurso formativo na ESEV, e culminem no 2.º ciclo de estudos, no qual se inclui o Mestrado de Ensino do 1.ºCEB e P-HGP do 2.ºCEB, conhecem e versam as suas ações e atitudes inclusivas em função de conhecimentos, práticas e contextos com os quais contactaram, para os quais estão sensibilizados e conhecem.
  - Em 2017, decorrente de protocolo entre ESEV\_IPV e a Surdisol, com empenho do Mestrado em Ensino do 1.ºCEB e P-HGP do 2.ºCEB, realizou-se uma formação de 25h, em Língua Gestual Portuguesa (LGP) aberta à comunidade escolar da ESEV, mas também à comunidade em geral, potenciando a inclusão (alunos/cidadãos surdos) a partir das dimensões linguística e comunicacional.
  - Em 2017, a organização do “II Encontro Imaginários Iluminados...era uma vez a literatura para a infância”, incluiu um eixo temático designado de cenários inclusivos, nele participando e estando envolvidos na organização, alunos de diferentes Licenciaturas e Mestrados de Formação de Professores [1.ºCEB e P-HGP do 2.ºCEB; EPE e 1.ºCEB; 1.ºCEB e MAT-CN do 2.ºCEB; Mestrado em EE], incluindo e plasmando evidência de produção e divulgação de conhecimento científico que amplia e sedimenta as experiências inclusivas destes profissionais.
  - Mobilização e sensibilização da comunidade escolar, representadas nos referidos cursos, focando-se na sistematização, mobilização de conhecimento de recursos e estratégias e de abordagens em contexto, que permitem: por um lado otimizar a comunicação quando esta fica ou está comprometida; por outro, criar as condições para que a inclusão seja efetiva.
  - Desenvolvimento do «Programa de Mentoria», integrado na área/Grupo de Missão para a Inclusão do Politécnico. É uma estratégia de intervenção institucional,

inter pares, que visa a promoção do acolhimento e inclusão dos estudantes recém-chegados (a visão é implementar a Mentoria em todos os cursos das UO do IPV).

- Desenvolvimento de atitudes inclusivas e de equidade, inerentes ao perfil de um profissional de Relações Públicas: os alunos do 2º ano do curso vão desenvolver o plano estratégico de comunicação e alguns conteúdos e peças para divulgação da AVISPT21 (Associação de Viseu de Portadores de Trissomia 21). Estes trabalhos decorrem no âmbito do Projeto PRP2.C (que tem em vista garantir a interdisciplinaridade das UC do curso, estreitar relações com entidades externas e aproximar a formação académica às reais necessidades comunicacionais das organizações), e das UC do 2º semestre, de Comunicação e Gestão da Reputação Institucional e Laboratório de Publicidade. As iniciativas desenvolvidas na ESEV são divulgadas junto dos alunos e eles têm participado nas ações, designadamente na palestra de sensibilização “If You Can Dream It, You can do It”, entre outras.

## **2. A existência ou não de uma unidade de apoio ao estudante, particularmente em relação aos que têm necessidades educativas**

- GAPI (ver o documento da responsabilidade da Doutora Sara Felizardo).
- Grupo de Missão no IPV para as necessidades específicas.
- Projeto dos Apoios Especiais do IPV aprovado para financiamento em janeiro de 2021 relativo às necessidades específicas.

## **3. A disponibilização ou não de recursos específicos para apoio desses estudantes, em termos humanos, de equipamento e de materiais**

- Alguns equipamentos e recursos materiais, mas escassez de recursos humanos.
- Ancorados ao GAPI [Gabinete de Apoio e Promoção da Inclusão], reportadas nos Relatórios de atividades da ESEV (2019, 2020):A3; Combater o insucesso escolar [A3.4 -A3.5].

#### 4. As dificuldades e as necessidades sentidas na educação inclusiva

- Necessidade de informação detalhada sobre as situações apresentadas pelos estudantes. As respostas pedagógicas sugeridas nos relatórios apresentados são maioritariamente genéricas, tendo sido com base na relação estudante-professor que as situações são resolvidas. Existe, também, pouca sistematização das soluções encontradas por forma a servirem situações futuras.
- Dificuldades em encontrar o equilíbrio entre individualização e facilitismo na metodologia de trabalho, na procura das melhores estratégias para permitir ao aluno de superar os obstáculos.
- Maior divulgação sobre a avaliação em regime especial.
- Os alunos que acedem ao ensino superior são maiores de idade, as informações sobre a sua condição particular, o seu percurso escolar e as suas dificuldades são transmitidas ao Coordenador de Curso apenas se os discentes assim o entenderem ou a tal forem aconselhados. Por um lado, é importante salvaguardar o direito à privacidade dos alunos, mas, por outro, temos constatado que alunos com dificuldades que optaram por não as revelar num primeiro momento acabam por ter que o fazer face ao insucesso escolar ou a problemas de integração.
- Adaptação dos ritmos, conteúdos e dinâmicas a casos especiais, com a agravante de termos de o fazer em função da necessidade que sentimos por parte do formando, sem qualquer formação ou apoio.
- Afetação dos tempos letivos, consequência da imposição de gestão do tempo mais rigorosa devido ao tempo extra que estes alunos exigem pelo que uma das necessidades é a de que os grupos nos quais estão integrados os estudantes NEE sejam mais pequenos, pelo trabalho acrescido que representam estes alunos, em termos técnicos e humanos, adequando-se a distribuição de serviço ou prevendo-se a existência de professores de apoio para estes alunos.
- Melhor divulgação do relatório produzido pelo GAPI ao corpo docente em tempo útil (realizar todas as diligências de adaptação, orientação e reformulação do programa e das estratégias de aprendizagem em sala de aula. Situação especialmente difícil quando se trata de UC de natureza eminentemente prática comuns em APM).

- Falta de formação específica da generalidade dos docentes e falta de apoio especializado, torna as respostas de inclusão como as possíveis, mas talvez não as desejáveis ou adequadas.
- Aumento da quantidade de alunos nestas circunstâncias o que altera, por vezes, o funcionamento normal das turmas/grupos.
- Sensação de impotência e tristeza pela parte dos docentes quando sentem que não estão a dar a resposta adequada à situação.
- Melhor conhecimento sobre qual a base de competências de cada um destes alunos e o que podem alcançar, que meta podemos traçar, tais elementos são fundamentais para delinear uma estratégia e para avaliar.
- Necessidade de congregar, partilhar e articular informação e formação entre as estruturas já criadas.
- Importância da articulação/ comunicação entre família e/ou técnicos que acompanharam o aluno até a entrada no ensino superior com a comunidade educativa (diretores, coordenadores).
- Falta de apoio institucional.
- Melhor preparação do aluno e da comunidade educativa para um equilíbrio entre as exigências do ensino superior e as competências do estudante.

## 5. Os desafios

- A adaptação de algumas situações, nomeadamente de prática em contexto, tem sido refletida como trazendo dificuldades à concretização dos objetivos formativos.
- O ensino a distância pode facilitar a aprendizagem destes estudantes.
- Aos professores, estas situações têm colocado desafios óbvios, mas, nos casos concretos com que temos lidado o balanço final é positivo havendo colegas a destacar o trabalho feito com estes alunos como um momento de aprendizagem e superação, indicando, no entanto, que esta é uma referência a alunos integrados no ano letivo passado em APM, "excelentes alunos, inteligentes, educados e motivo de orgulho pela sua própria superação, o que contribuiu para que os desafios fossem ultrapassados de ambas as partes".

- Aumento e diversidade de necessidades específicas dos alunos que ingressam no ES.
- O ensino a distância.
- Criação de uma estrutura, em rede, entre as diferentes unidades orgânicas do IPV e instituições escolares que permitam a transição dos alunos para o Ensino superior, em estreita cooperação.
- Criação de bancos de recursos e valências que promovam a comunicação entre diferentes entidades, incluindo as diferentes Associações do concelho, além das que já estão protocoladas, tornando-os de acesso público.
- Rentabilização do potencial formativo e participação nessa rede da ESEV, dadas as atividades e práticas inclusivas encetadas e em curso.
- Desenvolvimento de currículos fomentados na pedagogia convergente com as necessidades específicas dos estudantes, ancorados na adequação de estratégias de ensino e de aprendizagem às suas características, aos seus contextos e potencialidades.

## **6. O apoio aos estudantes em termos de inserção no mercado de trabalho**

NR.

## **7. As propostas que considerem pertinentes, nomeadamente em termos legislativos**

- Considerando que o trabalho de estudo/avaliação destes alunos é moroso e complexo seria importante reforçar o GAPI, ou implementar uma estrutura de apoio mais robusta no IPV capaz de apoiar os alunos e os professores e produzir os relatórios orientadores no decurso do primeiro semestre de inclusão dos alunos.
- A resposta que devemos dar a estes alunos deveria ser mais tecnicamente orientada e não ficar ao critério intuitivo de cada docente como ocorre em muitas situações.
- Dinamização de ações de formação no âmbito do ensino especial para docentes.
- Partilha de alguma informação ou organização de ações formativas com todos os estudantes, uma vez que os colegas são fundamentais na integração e precisam de entender porque determinados colegas 'consomem' mais atenção por parte dos docentes.

- Enquadramento legal clarificador e atualizado que promova a supressão/diluição de barreiras comunicacionais, p. ex., no caso de alunos surdos no ensino superior.
- Atualização e concretização da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro. Diário da República – 1.ª Série, n.º174. (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior) que atribui competências ao Estado na adoção de medidas específicas e na concessão de apoios que assegurem o direito da pessoa com incapacidades à educação inclusiva.

ESEV, 6/03/2021